

AJ04899

O IJSN e o estado gerencial

ANTÔNIO MARCUS MACHADO

A intensidade dos efeitos da globalização e a fluidez com que o Governo brasileiro se organiza para fazer parte de um novo modelo de gestão pública mundial projetam uma visão cristalina da importância de se reestudar estruturas governamentais. Revisitá-las desprovido do senso emotivo e passional, que caracteriza os cintilantes flashes do passado, é um exercício de técnicas, políticas e isenção dos mais exigentes. A redefinição sempre nos será uma tarefa árdua pela própria história do desenvolvimento brasileiro: "vamos com calma que o santo é de barro". O mais usual é se tentar aperfeiçoar o que já foi definido. Muito provavelmente, as alterações, modificações e intervenções necessárias em diversos setores, já são conhecidas e comentadas há longo tempo. Faltam vontade e definição política, quase sempre.

Está claro, há tempos, que alguns órgãos e mesmo alguns sistemas têm de assumir posições competitivas, reformulando-se por completo para uma nova realidade. Uma nova realidade a cada período: mês, ano, década... Outros, realmente, até já não justificam a sua existência. Não resistem a três ou quatro perguntas profissionais de um bom avaliador, ainda que se esforcem para responder corretamente. Essa é uma consideração complexa e até perigosa. Complexa, por demandar estudos e argumentos ao mesmo tempo sintéti-

cos, profundos e formuladores, contra e a favor das evidências. Depois, é só decidir, pois como disse Karajan, quem não decide por medo de errar, já errou. Perigosa, por tratar da definição do destino imediato ou de longo prazo, de inúmeras pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo, e de um sem número de serviços e bens produzidos sob a tutela do planejamento governamental. Complexa e perigosa, mas necessária, pois como diz o ministro Bresser, é melhor tem uma aparato estatal menor e bem equipado, com atividades e funções essencialmente estatais e servindo à população, do que um gigante eternamente adormecido em berço esplêndido.

Entre o trigo e o joio, a Fundação Getúlio Vargas e o Ipea esperneiam para lá e para cá, o Poder Judiciário também, o Ministério Público, idem... Assim como muitas outras Instituições importantes. O que acontece é que essa definição do que é importante não é mais dada por um decreto, por um estatuto ou pelo número de PhDs envolvidos, mas, sim, pela qualidade e utilidade

de bens e serviços disponibilizados.

Notadamente, no campo da Administração, o nível de importância de um bem é medido pela opinião de seus prováveis consumidores. Para isso, a pesquisa é uma ferramenta fundamental. É claro que no setor privado, a tendência é a configuração de um quadro em que predomine a demanda por bens e serviços que atendam aos desejos dos consumidores. O ser humano é auto destrutivo por essência. fuma, bebe água que passarinho não bebe, come o que não alimenta corretamente, corre quando devia andar e anda quando devia correr. É como se fosse fortemente guiado pelos desejos e não pelas necessidades. É aí que o setor público tem que ser sábio.

Guiar-se pela oferta de bens e serviços que venham atender majoritariamente necessidades identificadas e não tão somente desejos terceiristas, eleitores e esdrúxulos. Necessidades essas identificadas pelo óbvio ululante ou pelas técnicas de pesquisa. As necessidades emanadas do cidadão contribuinte são facilmente relacionadas. É preciso apenas agir, trabalhar com base nas tendências, com visão de futuro e proximidade com os interesses públicos. Fortalecer instituições sérias e essenciais,

concentrando, estrategicamente, seus esforços e recursos.

Às demais, resta o entendimento e o diálogo com o mercado, tanto o de consumidores em geral quanto o de cidadãos.

Um bom início de assunto para o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, por exemplo, está na esfera da informação: séries estatísticas em Saúde, Educação, Segurança, Transporte, Meio Ambiente, informações gerenciais... disponibilizadas de forma moderna e útil ao Governo e à sociedade como um todo.

Não adianta tentar defender a razão de sua existência mostrando o que já fez, como foi importante para o Governo, que se pode ler no artigo do deputado Cláudio Vereza recentemente publicado nessa coluna, mas o que poderá fazer em sintonia com as aspirações de seus usuários, a única e real razão de sua existência. É necessário, como diz Peter Drucker, ter Propriedade Intelectual; ou seja, enxergar as coisas como elas são e não como a gente gostaria que elas fossem. A partir daí, construir o futuro desejável. Esse parece ser o caminho possível para o IJSN. Ou, lamentavelmente, o impossível.

■ **ANTÔNIO MARCUS CARVALHO MACHADO** é coordenador de Integração da Esesp e ex-diretor-presidente do IJSN

'AS NECESSIDADES DO CIDADÃO SÃO FACILMENTE RELACIONADAS'

ACAZETA-07/04/97 -